

Plano B de Guedes pode virar um Plano A

CLAUDIA SAFATLE

O "Plano B" do ministro da Economia, Paulo Guedes - que é desvincular e desindexar todo o orçamento da União - pode vir a se transformar em "Plano A". Desde que lançou, no discurso de posse, a ideia do "Plano B" na hipótese do Congresso não votar a Previdência, Guedes tem sido incentivado a prosseguir nesse debate mesmo se a reforma for aprovada, pois ele revolucionaria as leis orçamentárias e, com elas, os costumes na política.

Prefeitos, governadores, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), quando se informam da extensão e dos impactos de uma medida dessa natureza, se entusiasмам. "Essa é uma forma de criar um novo modo de se fazer política no Brasil", disse o ministro no discurso de posse.

Vários dos seus interlocutores o tem aconselhado a levar adiante a discussão mesmo depois de aprovada a nova Previdência.

O Congresso, que vive de

"migalhas", tem função nobre

O plano alternativo de Guedes significa atribuir ao Congresso Nacional sua real função: controlar o Orçamento e estabelecer prioridades na alocação dos recursos públicos. As receitas dos impostos extraídos da população devem voltar para ela sob a forma de prestação de serviços públicos eficientes que sirvam para reduzir as desigualdades crônicas do país.

Hoje, como se sabe, cerca de 96% do Orçamento da União é carimbado, tem as receitas vinculadas legalmente ou constitucionalmente a despesas pré-determinadas.

Uma parte vai para a saúde (cujo orçamento é indexado à receita), outra para a educação (que indexou à inflação), além de gastos com abono salarial, seguro-desemprego, subsídios, pagamento de salários do funcionalismo e das aposentadorias do INSS (trabalhadores do setor privado), do RPPS (servidores públicos) e dos militares. Essas são as grandes contas.

A história conta que o embrião da lei orçamentária surgiu na Inglaterra quando o rei João Sem Terra teve que, no ano de 1215, assinar a Carta Magna, pressionado pelos barões feudais para limitar o poder do rei de criar impostos. Os barões que integravam o "Conselho Comum" colocaram no início do artigo 12 da Carta o seguinte texto: "Nenhum tributo ou auxílio será instituído no reino, senão pelo Conselho Comum (...)". As exceções ficaram por conta de algumas despesas palacianas.

É claro que essa imposição gerou conflitos, mas fincou-se ali o princípio de que impostos só podem ser criados com o consentimento do Parlamento. A prática espalhou-se por outras nações e foi aperfeiçoada. O orçamento passou a ser importante peça da política econômica dos países. A questão orçamentária está, portanto, ligada umbilicalmente ao nascimento do Parlamento.

No Brasil, porém, subverteu-se os procedimentos.

De um Orçamento anual da ordem de R\$ 1,5 trilhão, deputados





e senadores têm direito de decidir sobre não mais do que R\$ 10 bilhões. O Congresso Nacional cuida das migalhas.

Em recente encontro com prefeitos, depois de explicar o "Plano B", Guedes ouviu de vários a pergunta: "Onde é que eu assino isso aí?".

Dirigentes da Frente Nacional dos Prefeitos que estiveram com o ministro relataram o que acontece, na vida real, com o dinheiro carimbado que recebem para aplicação compulsória em saúde e educação. Um deles contou que na cidade que comanda a população envelheceu e precisa com urgência de mais ambulâncias, mas o dinheiro que sobrou é o da educação.

Se ele usar esse recurso na saúde, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai puni-lo, embora não haja um caso em que o tribunal puniu o governador que quebrou seu Estado.

É tão absurda a situação que o déficit no ano passado poderia ser maior do que os R\$ 130 bilhões registrados. Isso ocorreu porque uma parte do dinheiro ficou 'empoçada'.

Na linguagem dos técnicos isso significa que a verba foi liberada pelo Tesouro Nacional mas os ministérios

não conseguiram gastá-la. Os dados oficiais, divulgados pelo Tesouro, apontam um "empoçamento" de R\$ 7,3 bilhões no encerramento do exercício de 2018, explicado pela "rigidez alocativa" do Orçamento.

É totalmente legítimo, correto, defender a destinação prioritária de recursos para educação e saúde no Brasil. O que não é certo é estabelecer na Constituição de 1988 uma vinculação draconiana do uso do dinheiro público, a ponto de uma cidade precisar de mais recursos para a saúde, mas a verba disponível na gaveta do prefeito tem que ser aplicada na educação ou vice-versa.

Não são raros os casos em que os prefeitos pintam as escolas no início do ano e dão outra mão de tinta no fim do ano, para cumprir integralmente o orçamento destinado à educação. Guedes defende um novo pacto federativo, que inverta a concentração de recursos na União - é no município que se exerce a democracia - e libere os governos locais de amarras tresloucadas.

Com mais um ano de engessamento de 96% do Orçamento da União não será possível cumprir a lei do teto, tem alertado o ministro. Só o déficit da Previdência, que é a maior despesa, cresce quase R\$ 50 bilhões por ano.

"Estamos indo em uma velocidade vertiginosa em direção ao caos. Sem a reforma da Previdência, vou me declarar incapaz de ajudar", disse ele em recente jantar com empresários e jornalistas, patrocinado pelo site Poder 360.

O caos será, na sua descrição, assistir o colapso da política fiscal com a explosão do teto da despesa, da inflação e um "calote" na dívida interna, caso não se aprove a nova Previdência.

Estimulado por políticos e por autoridades do Poder Judiciário, o ministro pediu a técnicos que rascunhem uma proposta de emenda constitucional (PEC) para desvincular, desindexar e descentralizar o Orçamento da União.

Na hipótese de conseguir do Congresso tanto a aprovação da reforma da Previdência quanto da PEC do "Plano B", o Brasil vai crescer 5% a 6% ao ano. Com seu jeito eloquente, ele exagera: "Vamos dormir no Brasil e acordaremos na Alemanha!".

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E - m a i l :
claudia.safatle@valor.com.br

Não é possível realizar corte de tributos no curto prazo, afirma Mansueto

Por Leila Souza Lima | De São Paulo

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou ontem que não há espaço para corte de tributos no curto prazo. "Quando o ministro Paulo Guedes fala em fazer reformas e abrir espaço para discutir o federalismo fiscal, ele não está falando em curtíssimo prazo. Fala em cinco meses, um ano", disse o secretário em evento em São Paulo.

Segundo Mansueto, se o plano de ajuste fiscal for para a frente, "aí sim haverá espaço para corte de imposto no Brasil". Mas isso é mais no médio prazo, frisou.

"Muitas questões da reforma [tributária] o ministro [Paulo Guedes] já falou. Por exemplo de reduzir imposto sobre pessoa jurídica, de tributar dividendos. São propostas sobre as quais ele falou e que já estavam em estudo no governo passado", disse Mansueto, que também era integrante da gestão de Michel Temer.

O secretário do Tesouro voltou a dizer que não há como haver superávit primário neste ano. "E nem o ministro Paulo Guedes fala isso. Ele diz eventualmente em ter déficit

zero, que não é superávit primário. Ninguém trabalha com esse cenário", afirmou.

Ele destacou que o ministro da Economia fez inclusive uma ressalva, de que é possível zerar o déficit desde que o país tenha um volume muito grande de receita extraordinária. "Isso significa resolver a questão da cessão onerosa", pontuou o secretário do Tesouro. A meta fiscal autorizada pelo Congresso é de um rombo de até R\$ 139 bilhões em 2019.

Segundo ele, para tanto, é preciso haver tempo para fazer o leilão e receber toda a outorga ainda neste ano. "Se for muito no fim do ano, há risco de o pagamento da outorga entrar só no ano que vem."

Mansueto ponderou, porém, que as negociações entre o governo e a Petrobras estão avançadas. "Estão indo bem e eventualmente isso pode se resolver muito rápido." Pelo contrato de 2010, a União cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris no pré-sal como parte da capitalização da empresa. O acordo entre as partes deve destravar a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa (volumes descobertos que ultrapassam os 5 bilhões de barris).

Ainda sobre o ajuste fiscal, Mansueto afirmou que ele terá de vir por meio de corte de despesas, mas é um desafio grande com um Orçamento carimbado como é o do governo federal.

De acordo com ele, o gasto com pessoal no Brasil é excessivo, num ambiente em que essa despesa é colocada como obrigatória no Orçamento.

Em relação à reforma da Previdência, Mansueto disse que a meta do governo é aprovar as novas regras neste ano. Ele observou, no entanto, que há mais de uma versão que pode ser apresentada para a reformulação do regime.

"Normalmente, quando você fala em projeto pronto é construir três, quatro, cinco, seis versões. Agora saber qual será enviada ao Congresso é uma decisão política, o que é normal. E uma vez que você envia, ainda vai ter a discussão no Congresso." Ele não informou se os militares estão em todas as versões aventadas pela equipe econômica.

Mansueto disse que, apesar de o mercado ter ficado apreensivo, o importante é aprovar a reforma em 2019, ressaltando que ela só terá impacto no ano seguinte.

União avalia proposta para flexibilizar Orçamento

Governadores e prefeitos pedem a desvinculação de despesas. Medida só seria encaminhada após reforma da Previdência

MARTHA BECK E MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- Diante da pressão de governadores e prefeitos, o governo já trabalha numa proposta para desvincular e desindexar todas as despesas do Orçamento, até nos salários de servidores e limites mínimos para investimentos em saúde e educação.

Em seu discurso de posse, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia defendido a ideia e dito que ela seria o plano B caso a reforma da Previdência não fosse aprovada. Agora, porém, a grave crise nos estados pode fazer com que o governo siga em frente com esse plano de qualquer maneira.

Segundo interlocutores da área econômica, o governo não quer atropelar a reforma da Previdência,

prioridade para resolver o desequilíbrio nas contas públicas. Mas a desvinculação viria em seguida. O assunto seria tratado em proposta de emenda constitucional.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e secretários de Fazenda ouvidos pelo GLOBO afirmam que a desvinculação ajudaria os estados na gestão de suas finanças, pois a maior parte dos Orçamentos está amarrada por vinculações que impedem que recursos sejam aplicados nas áreas necessárias. O quadro é similar ao do governo federal, no qual cerca de 80% das despesas são consumidas por gastos obrigatórios.

Como o país passou a ter um teto para os gastos públicos, ele corre o risco de ser rompido sem a revisão das despesas. O Orçamento de 2019 autoriza aumento de R\$ 119 bilhões nas despesas sujeitas ao teto em relação a 2018. O número considera uma redução de R\$ 5 bilhões nas despesas em que o governo pode mexer, e R\$ 124 bilhões de aumento nas despesas obrigatórias.

— Os estados têm situação parecida com a da União tanto na Previdência quanto no engessamento do Orçamento — afirmou Caiado.

Um dos secretários de Fazenda lembra que a desvinculação é ideia que sempre teve a simpatia dos estados. Mas agora aumentou a necessidade, diante da quebra regional decorrente do forte aumento de gastos com Previdência e folha. O governador do Piauí, Wellington Dias, disse que a flexibilização será discutida no encontro dos governadores no dia 19 de fevereiro.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, defendeu ontem a revisão da forma como as despesas são colocadas no Orçamento. Segundo o Valor Econômico, ele ressaltou que num Orçamento “com tudo obrigatório, o ajuste fiscal requer ajustes nas regras”

Na posse, Guedes afirmou que a desvinculação do Orçamento transferiria aos políticos a decisão sobre o que é prioridade, já que não haveria mais gastos obrigatórios.

O outro buraco na Previdência

VINICIUS TORRES FREIRE

A reforma trabalhista vai provocar mudanças no mercado de trabalho que tendem a diminuir a receita da Previdência Social. É o que dizem críticos de esquerda sobre a reforma aprovada sob Michel Temer e sobre alterações radicais que estão nos planos de Paulo Guedes, ministro da Economia de Jair Bolsonaro.

O impacto da mui recente reforma trabalhista por ora é ínfimo, de modo que ainda é impossível estimar seus efeitos. Mas é também fato que o reformista liberal padrão não liga muito para deficiências de arrecadação da Previdência.

Tudo mais constante, a receita será tanto maior quanto maior a parcela da população empregada e, não necessariamente a mesma coisa, quanto mais trabalhadores contribuírem.

Alterações profundas no mercado de trabalho podem ter efeitos na capacidade contributiva,

talvez negativos. O problema, porém, é bem mais enrolado.

Entre pessoas ocupadas, de 16 a 59 anos, a parcela de contribuintes cresceu quase sem parar de 2004 a 2017. Entre a categoria “empregados”, maioria dos trabalhadores, passou de 73,3% para 84,3% (dados mais recentes do Informe de Previdência Social). Mas a situação ainda é ruim.

Em uma conta mais genérica, pelo menos 29% dos ocupados de 16 a 59 anos não contribuía, metade por falta de dinheiro (ganha menos de um salário mínimo). Note-se: essa conta não inclui quem está fora do mercado, temporária ou cronicamente.

Esse mundo de trabalho precário contribui para o desastre previdenciário.

Mas o problema não se resolve com mais e melhores empregos. A despesa previdenciária cresce de

modo explosivo porque o Brasil envelhece rápida e precocemente, entre outros problemas.

Na estimativa que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 (feita em 2018), a receita previdenciária federal ficará quase estável em torno de 5,6% do PIB até 2039. A despesa crescerá de 8,4% do PIB para 12,3% do PIB (trata-se aqui do Regime Geral de Previdência Social, que não inclui servidores).

Sim, aumento de receita ajuda, especialmente se relacionado a progressos no emprego. Sim, em tese o déficit poderia ser em parte compensado por aumentos de outros impostos. Mas até uma compensação pequena não é caso trivial, pois impostos podem afetar o crescimento econômico.

Enfim, há a questão fundamental: em vez de pagar aumento de despesa previdenciária, qual o uso alternativo desse dinheiro extra? Não seria mais





útil gastar em creche, esgoto, saúde, escola, ciência e transporte público?

De resto, além do problema estrutural da despesa da Previdência, temos um desastre emergencial. A dívida pública cresce sem limite, pois o governo toma emprestado até para pagar despesas básicas. Pelos próximos anos, o país não tem como aumentar impostos e gastar mais.

Feitas as ressalvas, porém, o financiamento da Previdência também é problema.

Para reformistas, o fim da CLT acelera o crescimento e a criação de empregos. No outro extremo, para certa esquerda haverá precarização sem fim do trabalho, com achatamento de salários e menos contribuições. Dúvidas sobre o futuro da receita não param por aí.

Além da reforma trabalhista radical, Guedes pretende mexer a fundo na contribuição das empresas, que pagariam muito menos para o INSS. Vai acertar a conta e arrumar fonte de receita alternativa e segura, que acompanhe grosso modo as necessidades da Previdência?

A gente não está falando sobre isso.